



Diretoria de Infraestrutura Ferroviária
Ofício nº 480 /2015/DIF

Brasília, 23 de Junho de 2015.

À Sua Excelência o Senhor

Paulo Altomani

Prefeito Municipal de São Carlos - PMSC

Rua Episcopal, 1575 Centro

CEP: 13560-905 – São Carlos/SP CS 1225921

C/C à sua Senhoria o Senhor

Márcio Luis de Barros Marino

Secretário Municipal de Obras Públicas de São Carlos – SMOP

Rua Jesuíno de Arruda, 2542, Centro

CEP: 13560-060 - São Carlos/SP CS 1225922

Assunto: Convênio DIF/TT nº 1022/2010. Adequação de preço de novos serviços, apresentados na carta RUAL 038/14-T, através do Ofício nº 597/14/SMOP/Gab.

Anexos: Instrução de serviço nº 12, de 28 de julho de 2010.

Memorando Circular nº 12/2012/DIREX.

Memorando Circular nº 37/2003/DIT, de 29 de setembro de 2003.

Memorando Circular nº 39/2011/DIREX, de 17 de outubro de 2011.

Instrução de Serviço nº 15, publicada no Boletim Administrativo nº 51 de dezembro de 2006.

Instrução de Serviço nº 22, publicada no Boletim Administrativo nº 52 de dezembro de 2010.

Ata de Reunião realizada na Prefeitura de São Carlos/SP, em 23 de julho de 2014.

Portaria DNIT nº 349, de 06 de março de 2010.

1º Parecer Técnico Parcial nº 28 – 04/2015-CPN/CGCIT/DIREX.

Senhor Prefeito,

1. Trata-se da análise dos serviços executados e seus respectivos preços, a serem incluídos no Convênio DIF/TT nº 1022/2010, cujo objeto é a execução de viaduto para transposição da via férrea, localizada na Praça Itália, no município de São Carlos-SP.
2. Considerando que foram executados serviços de engenharia diferentes dos que estavam previstos no projeto original, conforme apontado em Ata de Reunião realizada na Prefeitura de São Carlos/SP, em 23 de julho de 2014.
3. Considerando a necessidade de se conhecer o valor dos serviços executados, os esclarecimentos apresentados por esta Prefeitura foram encaminhados e analisados pelo setor competente desta Autarquia.
4. Considerando que o setor competente desta Autarquia após análise, emitiu o 1º Parecer Técnico Parcial nº 28 – 04/2015-CPN/CGCIT/DIREX desaprovando as composições de custos apresentadas.

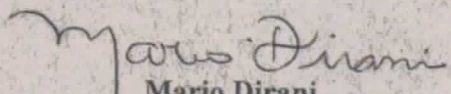
DNIT

5. Considerando as Instruções, os Memorandos, as Portarias e o Parecer em anexo, os quais devem ser atendidos quando da reapresentação de composição de custos de novos serviços.

6. Solicito dessa Prefeitura que reapresente para nova análise, as composições dos preços unitários dos serviços executados, atendendo ao contido no 1º Parecer Técnico Parcial nº28 – 04/2015-CPN/CGCIT/DIREX.

7. Desta forma, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários ao conhecimento dessa Prefeitura.

Atenciosamente,


Mario Dirani
Diretor de Infraestrutura Ferroviária



Diretoria Executiva
Memorando-Circular nº 12 /2012/DIREX

Brasília, 09 de março de 2012.

À Diretoria de Planejamento e Pesquisa; Diretoria de Infraestrutura Rodoviária;
Diretoria de Infraestrutura Aquaviária; Diretoria de Infraestrutura Ferroviária;
Superintendências Regionais do DNIT

**Assunto: Aplicação de BDI diferenciado em custos de referência definidos
em função de cotação de preços de serviços completos**

Senhores Diretores e Superintendentes,

A Instrução de Serviço nº 22, de 28 de dezembro de 2010, estabelece em seu Artigo 4º que, para os serviços não contemplados no Sicro 2, as composições de custos unitários a serem analisadas pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes/DIREX devem ser apresentadas em volume próprio suplementar, com os seguintes elementos:

(...)

"c) pesquisa de mercado (para equipamentos e materiais utilizados) em consonância com a metodologia estabelecida no manual de custos do DNIT. Devem ser incluídas, no volume de orçamento dos projetos, pelo menos 3 (três) cotações de cada item não constante do SICRO 2, devidamente atestadas pela Superintendência Regional encarregada da fiscalização da execução do projeto ou obra, identificando-se a fonte das informações.

Caso não haja na região três fornecedores, realizar o máximo de cotações disponível. Nesse caso, a Superintendência Regional deverá fornecer uma declaração a respeito da situação. No caso de obras conveniadas, os atestados das cotações e as declarações de impossibilidade de três cotações, devem ser igualmente apresentados pela fiscalização do órgão conveniente";

(...)

Entretanto, determinados serviços, em virtude de suas especificidades técnicas, demandam a realização de cotações de preços que envolvem, além dos custos com equipamentos e materiais, também a mão de obra, sendo inseridos consequentemente percentuais relativos a tributos, lucro operacional e administração da obra, caracterizando uma proposta de execução do referido serviço em sua totalidade.



§ 2º. No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo Município.

Art. 7º Nos orçamentos dos projetos deverão, obrigatoriamente, serem discriminadas as parcelas do valor da obra incidente em cada município.

Parágrafo único. A CGDESP deverá inserir a determinação deste artigo nos seus termos de referências para a licitação de projetos.

Art. 8º. Nas medições que abrangerem mais de um município, o cálculo deverá ser realizado por município abrangido, sendo vedada a utilização do critério da média ponderada entre os diversos municípios e suas alíquotas.

DOS EDITAIS

Art. 9º. Para as licitações em andamento, a Coordenação-Geral de Cadastro e Licitação deverá solicitar às licitantes o detalhamento do BDI quando da apresentação das propostas, de modo que a alíquota de ISSQN aplicável esteja devidamente identificada.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura – CGCIT – deverá incluir em seus estudos metodologia em que o BDI não mais incorpore os valores de ISSQN, ficando esta parcela alocada diretamente na planilha orçamentária de referência.

Art. 11. A Diretoria Colegiada decidirá acerca dos casos omissos e eventuais alterações à presente Instrução de Serviço.

Art. 12. Esta Instrução de Serviço revoga a Instrução de Serviço nº 05, de 26 de março de 2010, publicada no Boletim Administrativo nº 12.

Art. 13. Esta Instrução de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.

Publicado no
Boletim Administrativo nº 030
de 26 de 30/01/10
Carlos Augusto da Mota Gomes
Carlos Augusto da Mota Gomes
Matr. DNIT nº 0185-6

Luiz Antonio Pagot
LUIZ ANTONIO PAGOT
Diretor-Geral



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE
TRANSPORTES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DG Nº 12, DE 28 DE JULHO DE 2010.

ISSQN - TERMOS DE COMPROMISSO E AJUSTES SIMILARES
FUTUROS

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 124, incisos IV e V do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº: 10 de 31 de janeiro de 2007, do Conselho de Administração, publicado no Diário Oficial da União, do dia 26 de fevereiro de 2007,

Considerando as determinações do Tribunal de Contas da União - TCU contidas nos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº. 32/2008-Plenário e itens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº. 1090/2006-Plenário;

Considerando as determinações constantes da Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003;

Considerando o Parecer Jurídico - PARECER / LCP / PFE / DNIT / nº.00759/2009 -, de lavra da Procuradoria Federal Especializada do DNIT, exarado nos autos do processo nº. 50600.000940/2007-92;

Considerando o que estabelece a Portaria nº. 548, de 18/05/2009, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);

Considerando as demandas existentes para elaboração e padronização do procedimento de revisão e adequação do percentual embutido no BDI a título de pagamento de ISSQN, **RESOLVE**:

Baixar a presente instrução de Serviço para elaboração e padronização da estimativa e recolhimento do percentual referente ao ISSQN.

DA INCIDÊNCIA E RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 1º O ISSQN incidente adotará, criteriosamente, as alíquotas vigentes nos Municípios onde forem prestados os serviços relativos à execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres, bem como os de acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo, conforme preceitua o Artigo 3º, inciso III, da Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003.

Art. 2º Não inclui a base de cálculo do referido imposto o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços de execução por administração, empreitada ou subempreitada, conforme determina o Artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, e suas alterações posteriores.

DA ABRANGÊNCIA

Art. 3º A presente Instrução de Serviço atingirá todos os contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de compromisso e ajustes similares FUTUROS a serem celebrados por esta Autarquia a partir da data de publicação desta Instrução.

Art. 4º Doravante, os ajustes mencionados no art. 3º terão a simples denominação de "TERMOS".

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º Os percentuais de incidência a título de ISSQN a serem aplicados na composição das despesas fiscais do orçamento deverão ter como base as alíquotas adotadas pelos Municípios situados na área de execução das obras/serviços estabelecidos no momento da elaboração do projeto.

Art. 6º Para a elaboração dos termos de referência de estudos, projetos, consultorias e afins, os percentuais de incidência a título de ISSQN a serem aplicados na taxa de despesas fiscais do orçamento, deverão ter como base as alíquotas adotadas pelos Municípios situados na área de influência dos serviços; ou o domicílio fiscal da contratada/conveniente, conforme a legislação vigente.

§ 1º. Para atendimento deste artigo a licitante deverá declarar, quando da apresentação da proposta, o seu domicílio de recolhimento e a alíquota de ISSQN incidente no Município.

DNIT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA TERRESTRE

Memorando-Circular nº 037 /2003/DIT

Brasília, 29 de setembro de 2003.

As Coordenações da DIT

Assunto: Revisão de Projetos em fase de obras

No caso de ocorrência da Revisão de Projeto em fase de obra, adotar-se-ão os seguintes critérios:

I – só será admitida Revisão de Projeto Executivo aprovado;

II – no caso de itens novos, deverá ser adotada a seguinte sistemática;

a – utilizar o valor de insumos constantes da proposta da contratada, dentro da composição orçamentária do SICRO;

b – não existindo o insumo na proposta da contratada, será adotado o valor do insumo do SICRO;

c – não existindo este novo item no SICRO, deverá ser apresentada justificativa detalhada da nova composição de preços, utilizando, quando possível, valores dos insumos constantes da proposta, e, em caso contrário, utilizar preços de mercado obtidos por meio de cotações fornecidas por fontes independentes. Este novo item deverá ser comparado com outro similar constante do SICRO.

III – todos valores serão retroagidos à data base da proposta da contratada.

IV – Fica revogado o Memorando – Circular nº 10, datado de 14/08/2002.

Atenciosamente


ENGº ANTONIO MOTA FILHO
DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA TERRESTRE



2-20

DNIT

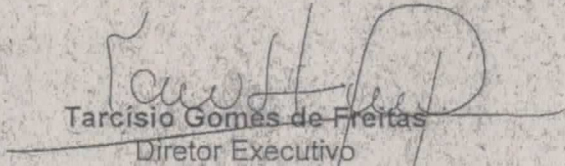
Dessa forma, objetivando impedir o pagamento de tributos em duplicidade, bem como a incidência de parcelas indevidas de administração da obra no preço destes serviços, a Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, com concordância da Diretoria Executiva, estabelece que:

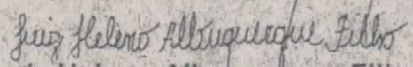
- a) Para serviços não constantes do Sicro 2, onde o custo de referência for definido por meio de cotações de preços de mercado, compostas de forma a permitir a execução total do serviço, adotar-se-á obrigatoriamente o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) diferenciado de 15,0% (quinze por cento), por analogia ao percentual utilizado para aquisição de materiais betuminosos (Portaria DNIT nº 349, de 06 de março de 2010).
- b) Para os serviços de transportes de materiais betuminosos, também por analogia, adotar-se-á obrigatoriamente o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) diferenciado de 15,0% (quinze por cento).
- c) Os casos omissos ou cujo entendimento demande maiores esclarecimentos serão analisados e discutidos no âmbito da CGCIT.

As determinações constantes deste memorando circular entram em vigor na presente data.

Em virtude da importância que a matéria requer, determina-se dar ampla divulgação a todas as empresas prestadoras de serviços de engenharia consultiva, de obras e entes conveniados do DNIT.

Atenciosamente,


Tarcísio Gomes de Freitas
Diretor Executivo


Luiz Heleno Albuquerque Filho
Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes